



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório

Atena
Editora
Ano 2020



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração de empresas: estratégia e processo decisório

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração de empresas [recurso eletrônico] : estratégia e processo decisório / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-5706-216-6
DOI 10.22533/at.ed.166202807

1. Administração de empresas. 2. Liderança. 3. Processo decisório. 4. Sucesso nos negócios. I. Silva, Clayton Robson Moreira da.

CDD 650.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de vinte e sete capítulos que abordam diferentes temas relacionados à gestão, com foco na estratégia e no processo decisório no âmbito das organizações. Destaca-se que compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e consolidação da ciência da administração, servindo de arcabouço para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial.

Nesse contexto, este livro emerge como uma fonte de pesquisa robusta, que explora a administração em suas diferentes faces, abrangendo estudos sobre gestão financeira, gestão estratégica, gestão de pessoas, sustentabilidade, entre outros assuntos que permeiam o campo dos estudos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um arcabouço teórico especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro agrega à área da administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, possibilitando a ampliação do debate acadêmico e conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A IMPORTÂNCIA DO USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS: UMA ANÁLISE EM PEQUENAS EMPRESAS | |
| Joiciane Rodrigues de Sousa Elias Antonio da Rocha Eduardo Gomes dos Santos Jeanes de Sousa Silva Almir Gabriel da Silva Fonseca Dayane da Silva Rodrigues de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028071 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| CONTROLADORIA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO APLICADO NA REGIÃO SUL FLUMINENSE | |
| Fabiana Pereira da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028072 | |
| CAPÍTULO 3 | 33 |
| CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL | |
| Raquel Prediger Anjos Luiz Panhoca Cleonice Alexandre Le Bourlegat | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028073 | |
| CAPÍTULO 4 | 62 |
| O PERFIL CONTEMPORÂNEO DO EMPRESÁRIO FAMILIAR: COMPARATIVO DE PERFIL ENTRE 2009 E 2017 | |
| Maysa Quintas Deliberador Cristina Helena Pinto de Mello | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028074 | |
| CAPÍTULO 5 | 77 |
| SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOB A LENTE TEÓRICA DA VISÃO BASEADA EM CAPACIDADES DINÂMICA | |
| Mauricius Munhoz de Medeiros Larissa Sielichoff Caroline Kretschmer | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028075 | |
| CAPÍTULO 6 | 97 |
| PLANEJAMENTO DE CRONOGRAMAS FÍSICOS FINANCEIROS POR MEIO DA METODOLOGIA DE LINHA DE BALANÇO | |
| Sérgio Geraldo dos Reis Júnior Danielle Meireles de Oliveira Sidnea Eliane Campos Ribeiro Aldo Giuntini de Magalhaes Luiz Antônio Melgaço Nunes Branco | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028076 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 117 |
| FERRAMENTAS FINANCEIRAS APLICADAS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE FOOD TRUCKS E RESTAURANTES TRADICIONAIS | |
| Felipe Belloni Urtado | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028077 | |
| CAPÍTULO 8 | 136 |
| A HOTELARIA COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO PARA AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE | |
| Fábio de Carvalho Lima | |
| Mariete Ximenes Araújo Lima | |
| João Luis Josino Soares | |
| Maria Neurismar Araújo de Sousa | |
| Raquel Nascimento da Silva Roriz | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028078 | |
| CAPÍTULO 9 | 144 |
| PLANO DE MARKETING PARA UM RESTAURANTE NO HOTEL MANDUARÁ NO CENTRO DE ASSUNÇÃO - PARAGUAY | |
| Elisiane Alves Fernandes | |
| Raquel Analia Fleitas Recalde | |
| DOI 10.22533/at.ed.1662028079 | |
| CAPÍTULO 10 | 161 |
| O DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE INOVATIVA COMO RECURSO ESTRATÉGICO EM ORGANIZAÇÕES EGRESSAS DE INCUBADORAS DE BASE TECNOLÓGICA | |
| Clarice Vepo do Nascimento Welter | |
| Jorge Oneide Sausen | |
| Carlos Ricardo Rossetto | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280710 | |
| CAPÍTULO 11 | 187 |
| ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DE EVENTOS AO SISTEMA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL: O CASO DA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA 4.0 EM EMPRESA MINERADORA | |
| Tiago Pessoa de Ávila | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280711 | |
| CAPÍTULO 12 | 200 |
| MAPAS COGNITIVOS FUZZY APLICADOS AO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DISCENTE DE CURSOS DE ENGENHARIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA | |
| Márcio Mendonça | |
| Ivan Rossato Chrun | |
| Diene Eire de Mello | |
| Rodrigo Henrique Cunha Palácios | |
| Francisco de Assis Scannavino Junior | |
| Marcio Jacometti | |
| Lillyane Rodrigues Cintra | |
| João Paulo Scarabelo Bertoncini | |
| José Augusto Fabri | |
| Wagner Fontes Godoy | |
| Lucas Botoni de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280712 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 13 | 211 |
| DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA PARA CONTROLE VISUAL DE INDICADORES DE GESTÃO DA QUALIDADE BASEADO NO SISTEMA LEAN | |
| Livia Amador Ramalho | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280713 | |
| CAPÍTULO 14 | 229 |
| ANÁLISE MULTICRITÉRIO APLICADO À GESTÃO DE ESTOQUE: UMA ABORDAGEM PARA SUPORTAR O AUMENTO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL DE UNIDADES DE PERFURAÇÃO OFFSHORE | |
| Emanuel Isaac dos Santos | |
| Denis Rosa da Silva Angra | |
| Alexandre L. de Souza | |
| Marcilene de Fátima Dianin Vianna | |
| Dalessandro Soares Vianna | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280714 | |
| CAPÍTULO 15 | 249 |
| DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO: UM ESTUDO DE CASO E PROPOSTA PARA HIERARQUIZAÇÃO DE PRIORIDADES DE INVESTIMENTO | |
| Marcelo Silveira Dantas Lizarazu | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280715 | |
| CAPÍTULO 16 | 267 |
| IMPLEMENTAÇÃO DO SEQUENCIAMENTO DE PARTIDA E OPERAÇÃO DE UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL ATRAVÉS DO MÉTODO AHP | |
| Fábio Muniz Mazzoni | |
| André da Silva Barcelos | |
| Ana Paula Barbosa Sobral | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280716 | |
| CAPÍTULO 17 | 283 |
| CONSUMO DAS LOCOMOTIVAS VLI EM OUTRA FERROVIA | |
| Brenda Sousa Araújo | |
| Larissa Cristina de Camargo | |
| Rafaela Correa Guasti | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280717 | |
| CAPÍTULO 18 | 298 |
| GESTÃO DA COMPETÊNCIA: ESTUDO DE CASO DA RELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIAS E PRODUTIVIDADE EM UMA INDÚSTRIA DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA | |
| Elaine Fialho Ventura | |
| Isabel Rosangela dos Santos Amaral | |
| Márcia Regina de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280718 | |
| CAPÍTULO 19 | 316 |
| ESTILO DE LIDERANÇA E MATURIDADE NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE TI | |
| Mônica Mancini | |
| Edmir Parada Vasques Prado | |
| Naiara Crislaine Alflen | |
| DOI 10.22533/at.ed.16620280719 | |

CAPÍTULO 20 333

DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES QUE OCUPAM A MESMA FUNÇÃO

Suênio Campos de Lucena
Rosângela Fernandes Simas Guia
Cristiano Vileno Conceição Santos
Leonardo Santos Falcão
Tairine de Jesus Pinto

DOI 10.22533/at.ed.16620280720

CAPÍTULO 21 344

PROJETO IARA: CIÊNCIA, SAÚDE, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Giovanna Marcondes Ferraz Lanzoni Marins Pessanha
Otto Gabriel Fernandes de Oliveira Cavalcante
Carolina Pagnanelli Cajueiro
Nicole Bastazini Reis
João Lucas Fiel Siqueira
Alexandre Ali Guimarães
Laís Amaral Alves

DOI 10.22533/at.ed.16620280721

CAPÍTULO 22 352

ELEVADO PRESIDENTE JOÃO GOULART: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O PLANEJAMENTO URBANO E MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA

Guilherme Maciel Botelho
Wagner Costa Botelho
Renata Maciel Botelho

DOI 10.22533/at.ed.16620280722

CAPÍTULO 23 365

TELHADOS VERDES COMO MEIO DE EQUIDADE SOCIAL PARA COMUNIDADES

Elaine Garrido Vazquez
Vinícius Carvalho Cardoso
Renato Flórido Cameira
Géssica Cecília Palmerim Lopes
Karolline Dias do Rego
Larissa Porcello Marques de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.16620280723

CAPÍTULO 24 371

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL

Luiz Alexandre Valadão de Souza
José Guilherme Behrendorf Derraik
Flora Thamiris Rodrigues Bittencourt
Deborah Moraes Zouain

DOI 10.22533/at.ed.16620280724

CAPÍTULO 25 388

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC DE SANTA CATARINA

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi

DOI 10.22533/at.ed.16620280725

CAPÍTULO 26 403

A PRESENÇA DE CRITÉRIOS E REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES FEDERAIS DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO EM 2018

Carlos Alberto Soares Cunha

DOI 10.22533/at.ed.16620280726

CAPÍTULO 27 420

SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS: A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Andressa Macedo de Sousa

Jhemerson Carvalho Guimarães

Dayanne Louyse Paixão Moraes

Haliny Reis Campos

Ricardo Henrique da Rocha Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.16620280727

SOBRE O ORGANIZADOR..... 432

ÍNDICE REMISSIVO 433

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL

Data de aceite: 20/07/2020

Data de Submissão: 06/05/2020

Luiz Alexandre Valadão de Souza

Universidade do Grande Rio – Faculdade de
Administração

<http://lattes.cnpq.br/0980368216979433>

José Guilherme Behrendorf Derraik

University of Auckland – Liggins Institute

<http://lattes.cnpq.br/5053517223977585>

Flora Thamis Rodrigues Bittencourt

Universidade do Grande Rio – Faculdade de
Administração

<http://lattes.cnpq.br/1935939490790679>

Deborah Moraes Zouain

Universidade do Grande Rio – Faculdade de
Administração

<http://lattes.cnpq.br/3862323454964593>

RESUMO: A problemática ambiental vem ganhando destaque cada vez maior nas últimas décadas, em função das crises socioambientais e de colapsos da ordem econômica, o que vem se traduzindo também em uma crise de conhecimento. A natureza é objetificada, em função da sua utilidade, dentro de uma racionalidade antropocêntrica. Desse modo, romper com esta lógica significa superar uma construção filosófica de milênios. O objetivo principal deste capítulo é discutir a racionalidade ambiental sob a lógica da epistemologia

ambiental de Leff (2012), e os princípios da economia ecológica. Neste sentido, uma abordagem econômica se faz necessária, para balizar o debate e as possibilidades de resposta à mudança, apresentando alternativas a uma crise socioambiental vigente. Logo, esta racionalidade deve ter um adjetivo diferenciado, pois dentro da racionalidade econômica vigente, destruir produtos agrícolas, promover a obsolescência programada, fomentar a indústria bélica e fazer guerras pelo mundo são tidas como coerentes, pois estão baseadas na lógica da escassez. A questão ambiental ou a racionalidade ambiental favorece o debate, pois há uma aceitação maior da população mundial em torno desta temática. No entanto, ainda se observa uma certa ambivalência nos comportamentos individuais, posto que apesar da aceitação da importância ambiental, grande parte da população mundial ainda não está disposta a diminuir o seu consumo, nem adotar produtos com certificação ambiental que sejam mais caros que os seus similares.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Territorial Sustentável. Economia Ecológica. Epistemologia Ambiental. Racionalidade Ambiental.

SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT: REFLECTIONS ON ENVIRONMENTAL REASONING

ABSTRACT: Environmental issues have been gaining increasing attention in the last decades, as a result of socio-environmental crises and collapses of the economic establishment, also expressed as a knowledge crisis. Nature is objectified as a useful commodity within an anthropocentric reasoning. Thus, breaking away from this perspective means overcoming deeply rooted views established over millennia. The primary aim of this chapter is to discuss environmental reasoning from the logic of Leff's (2012) environmental epistemology and the principles of ecological economics. In this context, an economic approach is necessary to frame the debate and the possible answers to the change, presenting alternatives to the current socio-environmental crisis. Therefore, this new reasoning requires have a different context, because in the current economic reasoning it makes sense to destroy surplus agricultural produce, promote planned obsolescence, promote the war industry, and engage in wars on foreign soil, as these are based on a scarcity perspective. The environmental reasoning encourages debate, as this view is more widely accepted by the general public worldwide. Nonetheless, there is still considerable indifference in regards to individual behaviours, as despite wide recognition of the importance of the environment, many people remain unwilling to reduce their own level of consumption or embrace more expensive but environmentally friendly products.

KEYWORDS: Sustainable Territorial Development. Ecological Economics. Environmental Epistemology. Environmental Reasoning.

1 | INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

A problemática ambiental vem ganhando destaque cada vez maior nas últimas décadas, em função das crises socioambientais e de colapsos da ordem econômica, o que vem se traduzindo também numa crise de conhecimento (LEFF, 2012). Diversos autores alertaram para as possíveis consequências sobre a forma de como utilizamos os recursos naturais e também as consequências disso em relação ao crescimento populacional.

Segundo Ricklefs (2003, p.462), “um aumento adicional na população levará a um superpovoamento adicional, esgarçando não apenas o tecido social humano, mas também os sistemas de suporte à vida do ambiente”. Garrett Hardin (1968) compartilha desta visão ao demonstrar especial preocupação com o crescimento populacional no mundo. No entanto esta visão pode ser reforçada por outras questões, como a concentração dos recursos naturais nas mãos de pequena parcela da população mundial.

Neste sentido, os Recursos Naturais deveriam ser analisados pelo prisma de sistemas de propriedade, tipos de apropriação e formas de gestão, o que evidentemente

apresenta relação com a Economia. Hardin (1968), autor do artigo *The Tragedy of Commons* já confrontava esta questão, no entanto a concentração de renda e o aumento do consumerismo intensificam esta problemática.

Logo, o conceito de Economia tem um papel essencial para a resolução ou mitigação da problemática ambiental, pois a lógica dominante se baseia na Economia da Escassez, ou seja, em função da disponibilidade do recurso ou produto, e não em função das pessoas ou da sociedade.

Atualmente há um grande debate sobre os rumos da economia mundial, e a questão ambiental está diretamente ligada a ele. É fato observado de forma contundente que os países em desenvolvimento são predominantemente dependentes de seus recursos naturais, o que transforma a busca pelo desenvolvimento sustentável numa opção complexa.

Neste momento, o Brasil, vive este dilema desenvolvimentista, e em diversos discursos a tendência em prol da produtividade fica evidenciada. Este fato acontece em detrimento do movimento ambientalista, das questões ligadas à educação ambiental, do meio ambiente, e da natureza.

Logo, este conceito de Desenvolvimento Sustentável não responde a amplitude das demandas populacionais, e por esta razão há a reformulação constante sobre as filosofias que fundamentam as políticas ambientais. Segundo Mohapatra apud Mazon (2004, p.vi), “o relacionamento entre o capital natural, o social e o econômico é complexo, mas há evidências que sugerem que o desenvolvimento econômico não é sustentável se ele falhar em reabastecer e desenvolver essas outras formas de capital”.

Esta afirmação fundamenta as considerações de pesquisadores e ambientalistas que questionam fortemente a teoria econômica neoclássica e o seu sistema produtivo implantado. A prática vigente desvirtua a lógica da vida social civilizada, ao propor a sobrevivência dos mais aptos num ambiente de hipercompetição.

Desta forma, a construção de uma racionalidade ambiental e a análise de conceitos sobre Desenvolvimento Sustentável (DS) se tornam essenciais. Além da análise dos discursos, e o entendimento de interesses conflitantes, dentro de uma lógica de acumulação e hipercompetição.

O DS emerge como a continuação de um coletivo de forças, de uma rede discursiva sem início ou fim, de algo que separa, ao mesmo tempo em que conecta com fins específicos, certas diferenças “pode-se considerar o DS, como uma nova sintaxe do embate entre forças que se traduzem em saberes distintos, sobre interesses particulares. Mas aqui, não há nada de ingênuo: nas palavras, nas coisas, nos diversos elementos existe uma “contaminação” por sentidos que buscam a solução de um problema econômico, problema direcionado há muito tempo pelas nações e sancionado em cada nova Conferência da Organização das Nações Unidas, em cada novo evento sobre a sustentabilidade (QUARESMA JÚNIOR; ICHIKAWA, 2013, p. 11).

Neste sentido, Garrett Hardin (1968), coloca os riscos do descontrole no uso de recursos comuns, demonstrando que o individualismo, e a visão de curto prazo podem comprometer a coletividade e os seus interesses futuros. Hardin (1968) analisa a questão com uma visão dentro da gestão privada ou estatal, não contemplando outras formas de gestão, nem de arranjos institucionais.

Outros autores como Feeny *et al.* (2001), consideram que Hardin (1968) analisou através de um prisma que não contemplava as propriedades comunais, nem os arranjos institucionais históricos que demonstravam uma possibilidade de gestão altamente eficaz. Este autor contextualizou esta afirmação com diversos exemplos em todo o mundo, e realizou um contraponto ao artigo de Hardin ao demonstrar que este se baseou num contexto de acesso livre.

Neste contexto, os Sistemas Sociais e Ecológicos, bem como os direitos de apropriação foram estudados. Os tipos de apropriação são emblemáticos para esta análise, ficando bastante evidente o nível de flexibilidade das comunidades envolvidas, bem como o nível de auto-organização.

Este cenário apresenta outras formas de racionalidade e saberes, que serão discutidos na sequência deste capítulo.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Natureza, o Território, e o Desenvolvimento Sustentável sob a Luz das Lentes Epistemológicas e Ontológicas: reflexões formadoras de uma racionalidade ambiental

As representações humanas da natureza são diversas e se apresentam, muitas vezes, como um obstáculo para a construção de uma racionalidade ambiental. Isto se deve à visão utilitária que predominou durante tantas décadas, e retratou a natureza apenas como fonte de recursos.

Neste sentido, tanto as representações sociais da natureza, quanto as representações humanas da natureza constituem uma crise de representação ou de conhecimento, em face do distanciamento do ser humano da natureza, como se não fizesse parte da mesma.

De acordo com Japiassú e Marcondes (2006, p. 198):

o conceito de natureza se refere ao mundo físico, como conjunto dos reinos mineral, vegetal e animal, considerado como um todo submetido a leis, as “leis naturais” (em oposição a leis morais e a leis políticas). As forças que produzem os fenômenos naturais. Em um sentido teológico, o mundo criado por Deus. Opõe-se a cultura, no sentido daquilo que é criado pelo homem, que é produto de uma obra humana. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 198).

Logo, a natureza é objetificada, em função da sua utilidade, dentro de uma racionalidade antropocêntrica. Romper com esta lógica, significa superar uma construção filosófica de milênios.

O antropocentrismo como concepção dualista do mundo funda-se na suposta separação real e objetiva entre o homem e a natureza, corpo e mente, Essa separação ocorre a partir de Sócrates (470 a.C.) que ao elaborar uma teoria do conhecimento centrou sua reflexão na crença de um homem portador de um projeto racional capaz de subjugar calculadamente a natureza entendida como fenômeno irracional, fato que se consolidou no decorrer dos tempos pelo fortalecimento cultural da idéia de superioridade humana (FERREIRA; BONFIM, 2010, p. 41).

Nesta lógica, em que a visão de mundo coloca o homem separado da natureza, a sustentabilidade passa a ser um conceito cada vez mais distante de ser atingido. E este distanciamento só pode ser superado através de novas lentes ontológicas que proporcionem um rompimento com esta visão, em prol de uma perspectiva que contemple a natureza, humanos, não humanos e objetos.

Segundo Ferreira e Bonfim (2010, p. 37), um caminho para esta ruptura é considerar “a ética biocêntrica como possibilidade de realinhamento (circular) na construção de rotas que agreguem a percepção do homem como parte integrante da natureza e não como o seu proprietário”.

Desde o início dos anos 70, esta problemática tem sido tratada em Conferências Internacionais, como a de Estocolmo, realizada em 1972. No entanto, foi na Rio-92 que a população mundial consolidou a percepção da problemática ambiental e suas dimensões, relacionadas com os modelos de desenvolvimento vigentes. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

A agenda ambiental entrou em pauta, no entanto pouco se realizou do que foi debatido, e os conflitos se acentuaram. A lógica dominante não permitiria qualquer desaceleração produtiva.

Na Conferência Rio+20 as esperanças dos ambientalistas em reverter o quadro da crise ambiental, e avançar para a consolidação de uma sociedade sustentável se renovaram. No entanto, apesar da ampliação da agenda, não houve proporcional eco nas práticas. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

A Análise do discurso da Rio+20 colabora com o entendimento das visões predominantes na época (WENCESLAU; ANTEZANA; CALMON, 2012), demonstrando uma lógica dominante, que se apropria de um discurso com o intuito de legitimação.

Este processo não é novo, e pode ser constatado em diversas fontes que demonstram um excesso da racionalidade econômica, como nos relata Latour (1994).

Em Paris, Londres e Amsterdã, neste mesmo glorioso ano de 1989, são realizadas as primeiras conferências sobre o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim do capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza. Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalçado retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e o dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala (LATOURE, 1994, p.14).

| Ontologia | Hipóteses sobre relações naturais | Agentes e Motivações | Metáforas |
|---|---|--|--|
| <p>Economia Clássica Erradicar a pobreza é o maior desafio para o mundo e condição do Desenvolvimento Sustentável Desenvolvimento Sustentável tem três dimensões: crescimento inclusivo, avanço social e proteção ambiental As pessoas são o centro da sustentabilidade</p> | <p>Relações cooperativas entre os atores Abordagem holística e integrada do Desenvolvimento Sustentável Subordinação de facto do ambiente ao econômico Aliança entre as pessoas, governos, sociedade civil e setor privado. Responsabilidades comuns e diferenciadas Ricos x Pobres</p> | <p>População é formada por grupos e instâncias governamentais Afirma papel e convoca o engajamento ativo na promoção, planejamento e implementação do desenvolvimento sustentável de todos os níveis de governo, legislativos, judiciários, níveis locais e subnacionais e dos grupos: mulheres, crianças, jovens, ONGs, indígenas, trabalhadores, sindicatos, empresas, indústrias, fazendeiros, comunidade científica e tecnológica, migrantes, idosos.</p> | <p>Casa, Mãe Terra Libertar a Humanidade da Pobreza e Fome Gerações Futuras Economia Verde Saúde e Integridade dos Ecossistemas Liberdade, Paz e Segurança Direito à alimentação, igualdade de gênero, Estado de Direito, justiça, equidade.</p> |

Quadro 1 – Análise do Discurso da Rio+20

Fonte: Wenceslau, Antezana e Calmon (2012, p. 599).

Nesta análise, fica evidente a manutenção do paradigma antropocêntrico e da manutenção da racionalidade vigente, com fundamentação no utilitarismo e na economia clássica.

Desta forma, Wenceslau, Antezana e Calmon (2012, p. 599, g.n):

A análise comparada do discurso do documento “The Future We Want” com os discursos ambientais prévios demonstra que ele é baseado no discurso do desenvolvimento sustentável. Porém, as indicações de ação futura apontam em direção ao discurso do racionalismo econômico.

As incoerências entre discurso e ação se mantêm e a abordagem desenvolvimentista se intensifica, com o aumento da produção mundial e das desigualdades sociais.

Este fato se baseia na reprodução de práticas tradicionais de exclusão e preconceito em relação às minorias, como pode ser constatado no ambiente de trabalho, com a diferenciação de salários em relação aos gêneros. “As feministas fizeram-nos compreender, algumas vezes, como a assimilação das mulheres à natureza teve, durante tão longo tempo, o efeito de privá-las de todo direito político” (LATOIR, 2004, p. 66).

Logo, apesar dos avanços na legislação brasileira, há a necessidade de re-significação e mudança ontológica.

A I Cúpula dos Povos foi um evento paralelo a Rio+20 que discutiu profundamente esta mudança ontológica.

Wenceslau, Antezana e Calmon (2012), fizeram a análise dos discursos, compilados na “Declaração Final da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental”, e demonstraram que há uma defesa pela convergência dos movimentos sociais e uma oposição ao racionalismo vigente.

| Ontologia | Hipóteses sobre relações naturais | Agentes e Motivações | Metáforas |
|--|---|---|--|
| O discurso da Cúpula dos Povos sugere uma mudança ontológica, que saia da perspectiva realista – os recursos naturais como inputs do processo produtivo capitalista – para uma perspectiva nominalista – os recursos naturais como direitos da humanidade, a serem protegidos e preservados por todos. | Defende relações de cooperação e a convergência entre as diversas agendas defendidas pelos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, estabelecem uma relação de oposição às grandes corporações e de desconfiança em relação ao Estado. | Os agentes de mudança são os movimentos sociais e populares, os sindicatos, os povos, as organizações da sociedade civil e os ambientalistas de todo o mundo. No entanto, deixa o papel dos Estados em segundo plano, pois considera que os entes governamentais foram capturados por interesses do sistema capitalista.. | Luta pelo estabelecimento de uma nova ordem. |

Quadro 2 – Análise do discurso da Cúpula dos Povos

Fonte: Wenceslau, Antezana e Calmon (2012, p.601-602).

É claramente um contraponto a agenda ambiental da Rio+20, no entanto não avança na quebra de paradigma antropocêntrico, nem na construção de uma racionalidade ambiental.

Enquanto isso os conflitos continuam a ocorrer nos territórios, que se descaracterizam como locais onde ocorrem as relações sociais.

Segundo Gehlen e Riella (2004, p. 20), “o território é uma referência globalizante, algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades

locais e regionais no enfrentamento à pretensão uniforme da idéia de globalização.”

Num sentido, o território é apenas recurso, onde ocorre a produção, enquanto em outro sentido, é o ambiente em que se vive, um ambiente vivo, e um espaço de construção social.

Esta perspectiva coloca o território como um dos locais onde se constrói os saberes, pois segundo Leff (2012, p. 24):

O saber ambiental constrói-se no encontro de visões de mundo, racionalidades e identidades, na abertura do saber para a diversidade, a diferença e a outridade, questionando a historicidade da verdade e abrindo o campo do conhecimento para a utopia, para o não saber que alimenta as verdades por vir.

Logo, o território é espaço de construção social coletiva, de identidades e patrimônios. É no território que as construções e desconstruções ocorrem, além de ser espaço de conflitos, que ocorrem em função da problemática socioambiental.

Neste sentido, busca-se uma reflexão sobre a lacuna de pesquisas nesta área, visto que “apesar de as teorias ligadas à ciência da administração promoverem inúmeras inovações na atualidade, elas ainda incorporaram de maneira marginal a problemática territorial e socioambiental” (MENEZES, 2011, p. 2)

A construção da racionalidade ambiental rompe com a racionalidade econômica tradicional e coloca em prova a racionalidade weberiana, ao se posicionar como uma racionalidade rica em contexto social, no entanto não a desconsidera como referencial conceitual.

Também busca romper com as visões dicotômicas da natureza, que segundo as palavras de Moscovici (2007, p. 250), “salvo por razões de circunstância, eu nunca poderei admitir as duas variantes de uma idéia fixa e a-histórica da natureza: a natureza selvagem e a natureza doméstica”.

Desta forma, a perspectiva da história da natureza é uma construção humana das observações da natureza, sendo de certa forma parcial, por não considerar todos os atores que fazem parte deste contexto, mesmo porque o paradigma antropocêntrico corresponde a uma lente interpretativa para grande parte dos escritores destas histórias da natureza. Esta é também uma construção de racionalidade que não rompe, com as racionalidades anteriormente construídas, e que se baseiam em grande parte nas bases da Economia Clássica.

Leff (2006, p. 18), afirma que a “racionalidade ambiental reconstrói o mundo a partir da flecha do tempo e da morte entrópica do planeta, mas também a partir do poder da neguentropia e da resignificação da natureza pela cultura”.

Neste contexto, a Economia Ecológica e o Desenvolvimento Territorial Sustentável se alinham, em aproximações conceituais, que convergem na racionalidade ambiental.

Dito isto, é válido ressaltar que esta racionalidade esta sendo construída continuamente, e de forma coletiva. Os arranjos produtivos locais construídos de forma participativa em comunidades agrárias, com administração coletiva, são exemplos de instituições produtoras destes saberes ambientais. No entanto, ainda vivemos uma crise epistêmica, que segundo Rolston III (1997, p. 41 apud Rohde, 2005, p. 33), “é tão problematizante quanto a crise ambiental e deve ser resolvida antes que a outra possa.”

Desta forma, esta crise epistêmica se coloca como uma crise contemporânea, onde a necessidade de uma epistemologia ambiental se faz urgente.

A teoria do conhecimento tem como objeto de estudo as ciências, no entanto estas não suprem as demandas tecnológicas e sociais da atualidade, que englobam as mudanças climáticas e problemas ligados aos impactos ambientais, que surgem em consequência do aquecimento global.

Destarte, a Epistemologia deve colaborar com transformação e transcendência, em busca de novas respostas, a partir de reflexões sinceras.

Segundo Tesser (1994, p. 97), “A Epistemologia seria uma reflexão profunda e crítica sobre o universo da Ciência”.

A epistemologia ambiental é uma ruptura em relação as perspectivas clássicas, no entanto considera os pressupostos das mesmas, com o intuito de ultrapassá-las. Neste sentido, “a epistemologia ambiental fundamenta-se em um novo saber que emerge a partir do limite do real (entropia), do projeto de unificação forçada do ser e da epopéia da ciência pela objetividade e pela transparência do mundo” (LEFF, 2012, p. 31).

Considerando que o saber ambiental emerge na incerteza, e que há alinhamento conceitual com a Economia Ecológica, a racionalidade ambiental embasa decisões de investimento energético, numa lógica de melhor utilização dos recursos ambientais disponíveis, o que deve ser discutido coletivamente, em função dos recursos serem comuns a toda humanidade.

Dias (2002, p. 86), alerta que “não existe meio-termo. Ou construímos uma economia que respeite os limites da Terra ou continuamos com o que está aí até o seu declínio e nos envolvemos em uma tragédia evolutiva”.

2.2 Economia Ecológica e as Tecnologias Sociais na construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável

A Escola da Economia Ecológica contribui muito para o avanço na compreensão da problemática da Economia do Meio Ambiente e nas possíveis soluções, ao encarar as teorias econômicas e a complexidade dos problemas por vários prismas.

Segundo Constanza *apud* Nobre e Amazonas (2002, p. 195) “A Economia Ecológica é uma nova abordagem transdisciplinar que contempla toda a gama de interrelacionamentos

entre os sistemas econômico e ecológico”.

Neste sentido atende a um dos desafios da Sociedade do Conhecimento, que requer um fluxo de informações constante e a incorporação de conhecimentos por todas as pessoas independente das áreas do saber em que atuam. Desta forma contempla parcialmente as necessidades de suporte ao Capital Intelectual que gera as inovações tecnológicas necessárias as demandas sociais e ambientais vigentes.

Ao transcender a visão fragmentada e incorporar a base biofísica e ecológica na análise econômica a Economia Ecológica contribui para a reflexão sobre os encadeamentos do sistema produtivo global no que tange aos fluxos de matéria, energia e informação/ conhecimento.

De acordo com Nobre e Amazonas (2002, p. 198), “a análise dos *fluxos de materiais* e *energéticos* ganha destaque significativo para a discussão do funcionamento do sistema econômico, uma vez que estes fluxos constituem aspectos básicos do lado *real* deste sistema – os quais são negligenciados na economia convencional. Neste sentido, ganham destaque especialmente os conceitos termodinâmicos como a lei da conservação (primeira lei da termodinâmica) e a lei de entropia (segunda lei da termodinâmica)”.

E a colaboração da Biofísica e da Ecologia colocam a problemática da questão ambiental em perspectiva do horizonte de tempo e chegam a considerações efetivas sobre a impossibilidade da sustentabilidade.

Nobre e Amazonas (2002) abordaram o trabalho de Georgescu-Roegen, centrado na análise na lei da entropia, e assinalaram que “a Sustentabilidade, se entendida como manutenção física estrita de fluxos e estoques dos recursos energéticos e materiais, é algo Impossível, dada a Inevitabilidade do Processo Entrópico”.

Desta forma a dimensão temporal ganha uma análise de destaque, pois há uma inevitabilidade física que pode ser postergada ou acelerada ao máximo. Esta perspectiva da Escola da Economia Ecológica colabora para a compreensão da problemática da Economia do Meio Ambiente, pois proporciona um debate e uma ação mais realista sobre a utilização dos recursos naturais e suas implicações no futuro do planeta.

Outro avanço significativo da Escola da Economia Ecológica é a tentativa de reconciliação das disciplinas Ecologia e Economia, de forma a entendermos que há uma perspectiva de escassez e os recursos não renováveis devem ser utilizados criteriosamente e os renováveis respondem a um intervalo de tempo e podem se esgotar. Além disso, atribui a idéia de valor econômico a incorporação de “custos ocultos”, realizando uma aproximação crítica à teoria neoclássica ao tentar precificar a degradação ambiental resultante da atividade produtiva industrial.

Esta abordagem é claramente uma limitação da Escola da Economia Ecológica, mas a representa bem, pois a mesma se configura num ponto intermediário entre o Pensamento Econômico Convencional e a Ecologia Convencional.

Segundo Costanza, Perrings e Cleveland (1997) apud Nobre e Amazonas (2002, p.

228) assinalam:

Ecologia e Economia se desenvolveram como disciplinas separadas através de suas histórias recentes no século xx. Enquanto cada uma tratou a maneira como sistemas viventes se auto-organizaram para permitir os indivíduos e as comunidades a atingirem suas metas, e enquanto cada uma emprestou conceitos teóricos da outra, e compartilhou de maneiras de pensar com outras ciências, elas partiram de princípios iniciais diferentes, distintos, trataram de questões separadas, utilizaram diferentes interesses no processo político. Reconciliar estes domínios de pensamento e tentar reintegrar as ciências naturais e sociais ao que chamamos Economia Ecológica.

Face às afirmações acima fica evidente a contribuição significativa da Economia Ecológica, que pelo seu papel mediador e a tentativa de conciliar e entender as visões opostas avança ao propor soluções mais realistas.

Esta tentativa vem se demonstrando eficaz, mas se configura ao mesmo tempo como uma força ou fraqueza potencial, ao tentar equilibrar pensamentos diversos.

A economia ecológica busca integrar e transcender a economia convencional e a ecologia convencional, o que se configura como um avanço considerável neste campo do saber, e contribui enormemente com as reflexões necessárias à construção de uma racionalidade ambiental.

A globalização da economia expande as tendências de aumento de padrões de consumo de países desenvolvidos em países em desenvolvimento e em todo o terceiro mundo. A teoria da pegada ecológica e a constatação de que os recursos naturais disponíveis se esgotarão num tempo muito menor que o esperado, colocam em xeque a possibilidade de se atingir um desenvolvimento sustentável.

A tecnologia pode ajudar a resolver algumas questões, mas não é capaz de solucionar todos os problemas, até mesmo porque alguns deles se caracterizam como problemas sem solução técnica.

Uma alternativa seria a adoção do conceito de Sociedades Sustentáveis, o que gera um contraponto a globalização, por considerar que os problemas regionais devem ser resolvidos regionalmente dentro de uma lógica de que as complexidades locais requerem o debate e a ação local, com a valorização das pessoas e dos saberes locais.

Neste contexto a Gestão de Recursos Naturais é fundamental para a construção de Sociedades Sustentáveis principalmente em áreas relacionadas diretamente com a vida social e as relações de trabalho nelas existentes. A falta de políticas claras de Gestão de Recursos Naturais pode vir a enfraquecer uma identidade cultural local, criando vulnerabilidade socioambiental e também conflitos territoriais.

Segundo Loureiro apud Loureiro (2004, p. 5), “é a partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades que se instauram os conflitos, acordos e diálogos pela apropriação e usos do patrimônio

natural e se realizam os processos educativos voltados para a gestão democrática do ambiente”.

Dentro desta lógica, que a filosofia de desenvolvimento territorial sustentável deve ser trabalhada, embora haja o entendimento que condições estruturantes compatíveis devem ser conquistadas e outros conceitos colaboram com esta construção.

A Governança Local é uma alternativa ao que se prega na globalização, pois a mesma defende as decisões em bloco e compartilha o pouco poder remanescente da coletividade para os Estados e organizações globais.

Conceitualmente, Governança Local é um sistema organizacional que devido à municipalização obteve um maior poder para as comunidades locais. E através deste sistema a sociedade se organiza de forma a exercer papel relevante na tomada de decisões que afetam a sua vida social. Esta organização dá sustentabilidade para as demandas dos grupos sociais envolvidos e possibilita a construção de Sociedades Sustentáveis.

De acordo com artigo de Cuthill (2004) apud Mazon (2004), os quatro requisitos básicos para que os cidadãos participem efetivamente dos processos de governança local são:

- i) Produzir dados descrevendo e facilitando o entendimento mais amplo das questões locais sobre sustentabilidade; ii) Facilitar o desenvolvimento comunitário quanto a técnicas operacionais, organizacionais e administrativas, além de promover a cooperação interorganizacional no âmbito da sociedade civil; iii) Construir suporte burocrático e político para a participação dos cidadãos e iv) Desenvolver processos claramente articulados pelo governo local para apoiar e facilitar a participação do cidadão na governança local.

Logo, a Governança Local aliada aos princípios da Economia Ecológica, contribuem para o desenvolvimento de um saber ambiental, e conseqüentemente numa mudança de atitudes.

Trata-se desta forma, de um entendimento da necessidade evolutiva, que demanda uma redução do analfabetismo ambiental. Isto, por si só, não resolverá a crise sócio ambiental, no entanto criará um contraponto para a lógica de acumulação vigente.

Neste contexto, o entendimento de que há várias globalizações e não apenas uma, amplia o enfoque deste debate, pois o que se apresenta como fator comum aos processos de globalizações é o aumento de padrões de consumo, em nível mundial.

A teoria da pegada ecológica e a constatação de que os recursos naturais disponíveis se esgotarão num tempo muito menor que o esperado, colocam em xeque a possibilidade de se atingir um desenvolvimento sustentável, como fora idealizado inicialmente.

De acordo com Leff (2002, p. 61):

A problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais,

energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominante.

A tecnologia pode ajudar a resolver algumas questões, mas não é capaz de solucionar todos os problemas, até mesmo porque alguns deles se caracterizam como problemas sem solução técnica (HARDIN, 1968). O desenvolvimento de Tecnologias Sociais por sua vez se coloca como uma alternativa para esta problemática, embora haja muita polêmica sobre o tema.

As Tecnologias Sociais são essencialmente participativas e priorizam a colaboração e a cooperação, como uma forma de construção e validação de escolhas coletivas do conhecimento, sejam estes saberes científicos, tecnológicos ou populares, de forma a transferir à população, principalmente àquela excluída do processo econômico e social, os benefícios gerados pela Ciência e Tecnologia, de maneira a contribuir para a redução das desigualdades econômicas, sociais, inter-regionais e interpessoais. (Rutkowski, 2005, p. 192).

Esta visão é claramente um contraponto para o pensamento reinante, que vê a tecnologia como algo neutro. E por este motivo é necessário rever uma série de conceitos, que acabam por direcionar a sociedade num rumo, de hipercompetição.

Uma outra alternativa, seria a adoção do conceito de Sociedades Sustentáveis, o que gera um contraponto a globalização, por considerar que os problemas regionais devem ser resolvidos regionalmente dentro de uma lógica de que as complexidades locais requerem o debate e a ação local, com a valorização das pessoas e dos saberes locais.

Para Diegues (1992, p. 28), “o conceito de “sociedades sustentáveis” parece ser mais adequado que o de “desenvolvimento sustentável” na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo”.

O estudo sobre as Conexões Institucionais Transescalares (BERKES; COLDING; FOLKE, 2003) conectadas horizontalmente e verticalmente, colaboram em muito com este entendimento, pois contemplam o pensar global, com a ação local, visto que existe amplo grau de interdependências na natureza.

Além disso, “a desglobalização do local e a sua eventual reglobalização contra-hegemônica ampliam a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas aos globalismos localizados” (SANTOS, 2005, p. 21).

Neste contexto, a Gestão Compartilhada de Recursos Naturais é fundamental para a construção de Sociedades Sustentáveis, principalmente em áreas relacionadas diretamente com a vida social e as relações de trabalho nelas existentes. A falta de políticas claras de Gestão Compartilhada de Recursos Naturais pode vir a enfraquecer uma identidade cultural local, criando vulnerabilidade socioambiental e também conflitos territoriais.

Considerando que uma evolução do conceito de DS veio a incorporar as questões do modo de vida e as pessoas como agentes, Satin (2005, p. 21), afirma que:

O planejamento de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável pressupõe conhecer as condições reais e complexas subjacentes aos sistemas produtivos, em especial, as interrelações sociais, técnicas, culturais e econômicas estabelecidas entre seus atores em nível local e regional.

A Educação tem papel integrador e intencional, na transformação de agentes que atuem localmente para a construção do desenvolvimento territorial sustentável (SATIN; ADRIANO, 2009).

Esta abordagem caminha para a construção de sociedades sustentáveis, onde a cidadania seja exercida dentro de uma racionalidade ambiental que considera a alteridade.

Para Boff (1999, p. 8), “sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor”.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia inicial de Desenvolvimento Sustentável foi posta em prova, e dentro de uma análise mais complexa emergiu a visão de uma sustentabilidade impossível, sob as condições da economia neoclássica, no entanto este confronto conceitual e ideológico transformou as concepções vigentes, proporcionando novas abordagens, como a filosofia de desenvolvimento territorial sustentável.

As visões enraizadas na nossa sociedade, que contemplam fundamentalmente duas formas de ação baseadas na propriedade privada e no estado, também foram confrontadas pelos novos arranjos produtivos baseados na coletividade. E esta abordagem se utiliza de conceitos diversos que integram e mediam as dimensões de sustentabilidade de forma equilibrada, dentro da perspectiva dos horizontes de tempo.

Neste sentido, uma abordagem econômica se faz necessária, para balizar o debate e as possibilidades de resposta à mudança, apresentando alternativas a uma crise socioambiental vigente.

Analisar os conceitos apresentados, dentro de um padrão de análise econômica tradicional, de pura acumulação, não responde as questões essenciais para uma mudança produtiva, nem a para a construção de um saber ambiental.

De fato, toda análise pode ser feita dentro dos princípios da Economia Ecológica, pois segundo as leis da termodinâmica o mundo tem um fim previsível, basta saber a aceleração que iremos imprimir.

Logo, a questão principal que se enuncia se configura na racionalidade do uso

destes recursos e em função de quem será usado. Esta racionalidade deve ter um adjetivo diferenciado, pois dentro da racionalidade econômica vigente, destruir produtos agrícolas, fomentar a indústria bélica e fazer guerras pelo mundo, são coisas plenamente coerentes, pois estão baseadas na lógica da escassez.

A questão ambiental, ou a racionalidade ambiental favorece o debate mundial, pois há uma aceitação maior da população mundial em torno desta temática. No entanto, ainda vemos uma certa ambivalência nos comportamentos individuais, pois apesar da aceitação da importância do tema, grande parte da população mundial, ainda não está disposta a diminuir o seu consumo, nem adotar produtos com certificação ambiental que sejam mais caros, que os seus similares.

Uma lógica de racionalidade econômica se configura nestes comportamentos, e esse é o ponto essencial para uma mudança efetiva.

E estas mudanças se elevam a um nível de análise que só pode ser realizado, com a ruptura do paradigma antropológico e a consequente construção da racionalidade ambiental.

REFERÊNCIAS

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. **Navigating social-ecological systems**: building resilience for complexity and change. Cambridge University Press: Cambridge, 2003.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAMBERS, R. **Sustainable livelihoods, environment and development**: putting poor rural people first. IDS Discussion Paper 240, Brighton, 1987.

DIAS, G. F. **Antropoceno**: Iniciação à temática ambiental. São Paulo: Editora Gaia, 2002.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. NUPAUB/LATROP – 2001

FEENY, D. et alii – A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois in DIEGUES, A.C; MOREIRA, A.C.C (org) – 2001 - **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. NUPAUB/LATROP, pp: 17-42.

FERREIRA, F.; BOMFIM, Z. Sustentabilidade Ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica? **AmbientalMente sustentable: Revista científica galego-lusófona de educación ambiental**, n. 9, p. 37-51, 2010.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GEHLEN, I.; RIELLA, A.. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, n. 11, p. 20-26, 2004.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente &**

Sociedade, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.

GUNDERSON, L.H. , HOLLING, C.S.. **Panarchy – understanging transformations in human and natural systems**. Island Press Washington, 2002.

HARDIN , G.. The tragedy or the commons. **SCIENCE** . VOL.162, pp.1241-1248, 1968.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D..**Dicionário básico de filosofia**.4ª.ed.atual.- Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LATOUR, B.. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução: Carlos Aurélio Mota de Souza – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa – Rio de Janeiro: Ed.34, 1994

LEFF, H.. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Tradução de Silvana Cobucci Leite – São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, H.. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela - 5ª ed. Revista – São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, H.. **Racionalidade Ambiental e a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Gestão Participativa na Explicitação e Resolução de Conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004.

MAZON, R.. *Caderno Acadêmico*, In: SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. SP: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Fundação Getúlio Vargas; Centro de Estudos em Sustentabilidade, 2004

MENEZES, E..**Epistemologia, Gestão e Meio Ambiente: Contribuições, Conceitos e Premissas da Abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável**. In: I Colóquio Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, 2011.

MOSCOVICI, S.. **Natureza: para pensar a ecologia**. Tradução: Marie Louise Trindade Beyssac e Regina Mathieu. – Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M.. **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. Ibama, 2002.

RICKLEFS, R. **A Economia da Natureza**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.

ROHDE, Geraldo Mario. **Epistemologia ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

RUTKOWSKI, J. Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: LIANZA, S., ADDOR, F.. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SANTOS, Boaventura. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTIN, L.. **O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável: estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina**. 2005. 152f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SATIN, L.; ADRIANO, J.. Os Sistemas Locais de Conhecimento Agroecológico – SLCA – e o Desenvolvimento Territorial Sustentável no Litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina. **Revista Discente Expressões Geográficas**, nº 05, ano V, p.61-80. Florianópolis, 2009.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. *Educar em Revista*, n. 10, p. 91-98, 1994.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais** - conceitos, métodos e experiências . APED. Florianópolis, 2005.

WENCESLAU, J.; ANTEZANA, N.; DU PIN CALMON, P.. Políticas da Terra: Existe um novo discurso ambiental pós Rio+ 20?. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 584-604, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Água 251, 254, 257, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 368, 369, 392, 411

AHP 229, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 267, 268, 269, 273, 278, 280, 281, 282

Análise Quantitativa 151, 201

C

C 144, 145

Capacidade Inovativa 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 183

Competências 43, 81, 82, 87, 88, 163, 167, 193, 298, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 314, 315, 320, 321, 323, 332, 342, 390, 391, 402

Competitividade 1, 13, 38, 81, 82, 90, 91, 175, 187, 188, 189, 199, 213, 216, 229, 231, 245, 250, 268, 298, 299, 300, 301, 302, 307, 314, 424

Competitividade 136, 301, 303, 308

Consumo 88, 102, 103, 119, 175, 192, 223, 233, 234, 240, 254, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 346, 367, 371, 381, 382, 383, 385, 391, 399, 405, 419, 421, 424, 429

Contemporâneo 62, 129, 333, 359, 418

Controladoria 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 134, 432

Controle 8, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 24, 25, 29, 42, 100, 101, 102, 105, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 133, 135, 170, 177, 179, 187, 189, 192, 194, 195, 198, 203, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 225, 226, 227, 231, 234, 275, 282, 285, 287, 294, 303, 308, 315, 403, 409, 413, 418, 426, 427, 428, 430

Crédito 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 122, 126

D

Desenvolvimento 2, 3, 5, 8, 15, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 62, 68, 71, 72, 73, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 98, 105, 120, 122, 128, 133, 144, 146, 147, 151, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 192, 201, 202, 205, 211, 212, 214, 215, 228, 269, 278, 285, 288, 291, 298, 304, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 320, 339, 344, 345, 348, 349, 350, 356, 357, 360, 363, 365, 366, 367, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 390, 392, 397, 399, 400, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 412, 413, 414, 418, 419, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 429, 430, 431

E

Empreendedorismo 15, 31, 59, 60, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 134, 135, 160, 163, 168, 204, 344, 350, 351, 362, 365, 369, 425

Empresa Familiar 62, 63, 75

Evolução 2, 3, 62, 68, 69, 71, 72, 82, 84, 85, 86, 89, 91, 122, 136, 139, 143, 144, 146, 147, 162, 205, 209, 227, 299, 301, 337, 345, 347, 357, 384, 407, 409, 414, 421

F

Feminino 9, 10, 40, 127, 129, 153, 158, 296, 333, 335, 336, 337

Ferramentas 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 25, 28, 30, 38, 41, 77, 84, 89, 91, 117, 118, 119, 120, 121, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 167, 168, 177, 201, 214, 245, 397

Ferrovia 193, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Food Trucks 117, 118, 119, 120, 121, 127, 129, 130, 131, 132, 133

G

Gás Natural 267, 268, 273, 276, 280, 282

Gestão de Eventos 187, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198

H

Homem 145, 146, 333, 335, 336, 339, 349, 356, 374, 375, 376, 391, 421, 429

Hotel 136, 137, 140, 144, 145, 150, 152, 153, 154, 158, 159

Hotelaria 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

I

Informação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 19, 23, 25, 29, 42, 53, 77, 78, 80, 83, 84, 86, 88, 89, 91, 107, 114, 115, 135, 143, 151, 175, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 199, 203, 217, 218, 227, 275, 281, 307, 316, 322, 332, 380, 389, 390, 412, 415

Instituições de Saúde 136, 141

Investimentos 40, 41, 44, 58, 64, 87, 98, 121, 123, 127, 138, 176, 192, 226, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 264, 265, 269, 346, 391, 398, 426

L

Liderança 166, 209, 212, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 331, 389

M

Machismo 333, 334, 335, 339, 341, 342

Mapas Cognitivos Fuzzy 200, 201, 203, 204, 209

Metodologia 3, 6, 16, 21, 30, 31, 37, 43, 79, 97, 98, 101, 105, 109, 114, 117, 129, 138, 143, 151,

161, 168, 190, 198, 213, 215, 229, 231, 235, 246, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 308, 315, 321, 333, 343, 346, 347, 368, 393, 419, 420

Microcrédito 33, 35, 37, 38, 40, 43, 60

Microempreendedor 17, 33, 36, 38, 44

Micro e Pequenas Empresas 2, 4, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 28, 30, 31, 32, 42, 59, 122, 134, 135

Mulher 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 342

N

Nível de Satisfação 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 209

O

Operações 5, 20, 119, 128, 187, 189, 190, 193, 194, 195, 198, 238, 242, 283, 284, 319

P

PDCA 196, 198, 283, 284, 285

Pequenas Empresas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 28, 30, 31, 32, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 54, 59, 60, 61, 119, 121, 122, 134, 135, 183, 340, 431

Pesquisa Operacional 201, 281, 282

Plano de Marketing 144, 145, 148

Processos Gerenciais 1, 97

Produção Enxuta 214, 267, 268, 269, 273, 275, 277, 280, 281, 296

Produtividade 8, 13, 98, 101, 104, 105, 109, 177, 181, 192, 211, 212, 215, 216, 250, 261, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 335, 339, 373, 389, 405, 422

R

Restaurante 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

Restaurantes 49, 117, 119, 120, 121, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 142, 146

S

Salário 10, 153, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342

Survey 34, 60, 62, 203, 246, 316, 317, 323, 330, 334, 388, 393, 404

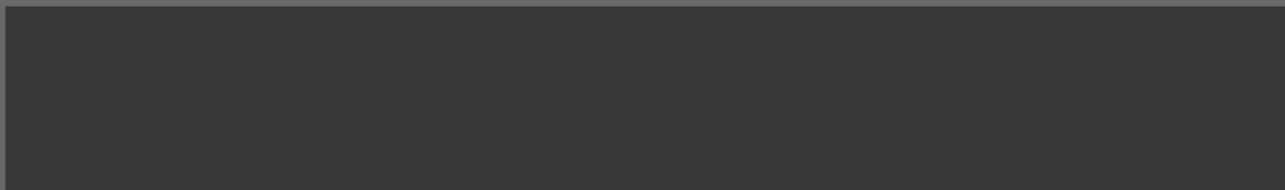
T

Tecnologia 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 30, 77, 78, 83, 84, 88, 91, 103, 105, 114, 116, 140, 143, 167, 172, 178, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 198, 204, 217, 228, 256, 264, 266, 267, 277, 297, 303, 315, 316, 325, 326, 332, 338, 344, 345, 347, 348, 350, 364, 365, 366, 367, 369, 370, 381, 383, 386, 402, 418, 427, 430, 432

Tecnologia 4.0 187, 189, 198

Treinamento 4, 8, 9, 215, 298, 303, 304, 306, 307, 308, 309, 312, 338, 342, 398

Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020